PROJETO DE LEI N° , DE

(Do Sr DELEY)

Dispõe sobre contratos, cessões, termos, ajustes, procurações e outros instrumentos congêneres, unilaterais ou bilaterais, assinados por atletas, profissionais ou não profissionais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão nulos os contratos, cessões, termos, ajustes, procurações e outros instrumentos congêneres, unilaterais ou bilaterais, assinados por atletas profissionais ou não profissionais que contenham obrigação de pagamento a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, se não forem cumpridas as seguintes exigências.

I - estarem os terceiros interessados, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente registrados no órgão competente, nos termos do disposto nos arts 966 a 971 do Código Civil brasileiro; e

II - serem os contratos registrados no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do atleta.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos instrumentos firmados pelas entidades de prática desportiva com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, devendo o registro ser feito em cartório da sede da respectiva entidade.

§ 2º O prazo de vigência dos instrumentos mencionados no *caput* do artigo anterior, devidamente registrados com as identificações das partes signatárias, prazos de vigência e valores pecuniários pactuados

Parágrafo único. A Receita Federal disporá, regularmente, sobre as providências a cargo dos oficiais do registro de Título e Documentos referidas no *caput* deste artigo, podendo criar o formulário próprio para as informações a serem prestadas.

Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas signatárias dos instrumentos mencionados no *caput* do art. 1º, encaminharão, em caráter obrigatório, fotocópias autenticadas dos citados instrumentos às entidades nacionais de administração do desporto da modalidade desportiva praticada pelo atleta.

Art. 4º Os contratos firmados com atletas menores de 18 (dezoito) anos, ainda que, assistidos por seus pais ou tutores, deverão ser remetidos no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, a contar de seu recebimento pelas entidades nacionais de administração do desporto, ao órgão do Ministério Público com atribuições relativas à criança e ao adolescente e competência territorial no Município em que estiver sediada a respectiva entidade nacional de administração do desporto, o qual deverá, se necessário, adotar as medidas necessárias ao inteiro resguardo dos direitos e interesses dos menores signatários dos instrumentos mencionados no *caput* do art. 1º.

Art. 5º Para efeito do disposto nesta Lei, os atletas signatários dos instrumentos mencionados no *caput* do art. 1º equiparam-se, para todos os efeitos, aos consumidores, nos termos do que dispõe a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, especialmente no que se refere às ações judiciais em que sejam discutidas as obrigações assumidas, o privilégio de foro e a inversão do ônus da prova.

Art. 6º Prescreverá em 12 (doze) meses a ação para cobrança de valores devidos por atletas profissionais ou não profissionais por serviços prestados por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 7º Os instrumentos que já tenham sido firmados em período anterior à vigência desta Lei deverão ser levados a registro no Registro de Títulos e Documentos, se destinados a instruírem ações judiciais que venham a ser propostas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas interessadas.

Art 8º submetem-se às disposições desta Lei, no que couber, os instrumentos mencionados no *caput* do art. 1º firmados com atletas brasileiros, profissionais ou não profissionais no exterior.

Art 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O projeto a ser submetido ao Congresso Nacional dispõe sobre contratos envolvendo empresários e atletas, profissionais ou amadores (ou clubes desportivos).

Trata-se, como é sabido, de matéria em que é privativa a competência legislativa da União (art 22,I, da (CF).

Por outro lado, é evidência que dispensa qualquer comentário, a relevância da função social que tem a atividade desportiva, sem embargo dos elevados interesses Econômicos que resultam de sua prática, daí porque não pode o Estado omitir-se a respeito do assunto, para que não se fruste a sua necessária atuação como agente capaz de assegurar, em toda a plenitude, o equilíbrio nas relações ajustadas e no cumprimento do que tenha sido contratado.

Como se sabe, o contrato consagrava, inicialmente, tão somente a satisfação pessoal dos que nele se envolviam, com fundamento no princípio da autonomia da vontade.

Essa consagração cedeu lugar, modernamente, à concepção social do contrato que passou a se importar "não apenas com a manifestação da vontade livre e consciente das partes (preocupação exclusiva da teoria tradicional), mas também, com a condição social e econômica das partes e com os efeitos do contrato, buscando um equilíbrio contratual real."

No caso de contratos assinados com atletas, o que se sabe é que estes não raro, submetem-se à imposições draconianas constantes do ajustes, e têm-se mesmo, notícia de contratos que beneficiam os empresários ao longo da vida do atleta, não importando o tempo a transcorrer, nem os clubes que ele venha a defender.

O que se observa é que não há um equilíbrio nas relações estabelecidas entre atletas e empresários, perdendo sempre em favor destes as "vantagens" obtidas na execução dos ajustes.

Como observa muito bem a jurista Mônica Yoshizato em obra recém publicada: "*quando entre contratantes ocorre o desequilíbrio de pressupostos (igualdade e liberdade), não há mais que falar em consenso mas em imposição da vontade de uma parte à outra, e o contrato, que deveria representar a satisfação de um interesse para a que está em situação inferior, passa a ser apenas o atendimento de uma necessidade irrecusável*"

O controle que o Estado pode exercer, com relação aos contratos a que se refere o projeto, em nada diminuirá a liberdade dos contratantes, apenas tornando públicos todos os ajustes, viabilizando, assim, a intervenção estatal, julgada necessária para o restabelecimento do equilíbrio contratual, dentro dos limites do que se considere razoável.

Adotando a consagração da função social do contrato, o novo Código Civil (Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002), em prescritivo, que não tem correspondência no Código Civil de 1916, assim dispõe:

Art 421 - a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato"

E dando oportuna ênfase ao princípio da boa-fé, em norma também sem similar no Código de 1916, estabelece o novo estatuto civil, o seguinte:

"Art. 422 - os contratantes são obrigados a guardar assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e da boa-fé"

Então hoje, não mais se pode considerar o contrato, sem atender para os limites que lhe são impostos para não fugir ao cumprimento da função social que lhe é substancial, como meio de mitigação da voluntariedade das partes.

A nulidade do negócio jurídico pode decorrer de inúmeras causas, sendo que o novo Código Civil admite, entre outras, a previsão taxativa em lei (art.166 VII).

É esta a hipótese que se busca concretizar com este projeto, que impõe o cumprimento das elencadas exigências para validade do negócio jurídico firmado por atletas com empresários. Em verdade, ao impor a ampla publicidade dos contratos e submetê-los à permanente fiscalização das autoridades fazendárias e do órgão do Ministério Público, o projeto possibilitará medidas reparatórias, no caso de ocorrer qualquer desequilíbrio.

Tendo em vista a figura concebida pelo novo Código civil, que consagra na sua Parte Geral, a categoria de "negócio jurídico", está-se diante de um , envolvendo empresários e atletas e nada, obsta, que a lei que está se buscando editar, crie condições particulares para a validade do contrato.

Em verdade, ao impor a ampla publicidade dos contratos e submetê-los à permanente fiscalização das autoridades fazendárias e do órgão do Ministério Público, o projeto possibilitará medidas reparatórias, no caso de ocorrer qualquer desequilíbrio.

Quanto à necessidade do empresário registrar-se no órgão público competente, podemos dizer como o Professor de Direito Comercial Tzirulnik em São Paulo:

"Para ser empresário, porém não basta o exercício da profissão. É obrigatório que o pretense empresário faça a sua inscrição junto ao registro Público de Empresas Mercantis (necessariamente o da sede do empresário), de modo que possa dar início à sua atividade profissional e, então, ser considerado empresário"

Enfim, nenhuma dúvida existe quanto á imprescindibilidade de o empresário, como é o caso dos que se envolvem em negócios com atletas profissionais ou amadores, proceder a sua inscrição no Registro Público competente, como primeira condição para o exercício válido e eficaz de sua atividade.

No desfecho desta justificação, acredito não só ter demonstrado a oportunidade da edição de lei regulando os contratos desportivos, como também deixado inquestionada a constitucionalidade e legalidade do proposto, esperando receber a aprovação dos meus pares.

Sala das Sessões em, de de 2003

Deputado Deley